



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 43ª
(QUADRAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 27 DE MAIO DE 2008.

51
74

125 *laudas*

Revisão conferida no DCI nº 106 de 19/10/08
Secretar deputado Matrícula: 1173737

ATA SUCINTA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 27 DE MAIO DE 2008.

Revisora: _____ Chefe do Setor: _____ (//)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu recebi a comunicação do Líder da Executiva do Partido dos Trabalhadores de São Sebastião dizendo que aquela cidade está de luto. Faleceu o Sr. Cícero Pontes, líder comunitário e Gerente de Desenvolvimento Econômico da Administração de São Sebastião. Por isso, quero também me solidarizar com o Deputado Rogério Ulysses, que deve estar chegando ao plenário. O Cícero foi brutalmente assassinado em uma tentativa de assalto no Setor Bancário Norte, na noite do último domingo, dia 25 de maio. Quero fazer esse registro pela figura popular que ele representou para o povo de São Sebastião e do Distrito Federal, independentemente de cores partidárias ou tendências ideológicas. Faço esse registro a pedido da Executiva do Partido dos Trabalhadores de São Sebastião.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já tive oportunidade de conversar com V.Exa. e gostaria de reiterar meu pedido para que, após o Comunicado de Líderes, se possível, possamos interromper a sessão para discutirmos mais uma vez o problema das pousadas. Chegamos a um consenso, a uma solução para o problema.

Eu gostaria de discutir isso com os nobres Pares.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputada Jaqueline Roriz, a Presidência acata sua solicitação, a não ser que algum líder seja contrário. (Pausa.)

Como ninguém se manifestou, após os Comunicados de Parlamentares suspenderemos a sessão e faremos esse debate somente com os Deputados.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 102, de 13/06/2008, juntamente com a ata sucinta da 43ª Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

Sollicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 41ª Sessão Ordinária;
- Ata da 11ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 42ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer dois comunicados a esta Casa.

O primeiro é sobre a audiência pública para argüir o novo Presidente do BRB, Dr. Ricardo de Barros, que irá ocorrer depois de amanhã, quinta-feira, às 10h30min, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Convido todos os Parlamentares.

O segundo é que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2009, Projeto de Lei nº 856, encontra-se na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Na próxima semana, divulgaremos o cronograma de eventos referentes à LDO, inclusive a data da audiência pública com o Sr. Secretário Ricardo Penna, que virá a esta Casa para dar mais explicações.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Paulo Roriz, informo a V.Exa. que o Líder do Governo também procurou a Presidência e, se aprovada a sabatina do Presidente do BRB na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, a intenção é colocar na pauta da sessão ordinária da própria quinta-feira a aprovação do nome pelo Plenário.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna para fazer uma homenagem. Nunca subi a esta tribuna para homenagear alguém e fazer um discurso todo para uma pessoa. Venho homenagear o Senador Jefferson Péres, que para mim, como cidadão, não digo nem como Deputado, foi um exemplo de político. Um político com "P" maiúsculo. Um político que emprestou à vida pública a dignidade que ela deve ter.

É raríssimo encontrarmos, nos dias de hoje, políticos com a estatura moral de poder conduzir processos neste País, lideranças nacionais que apontem o caminho para o Brasil e que tenham preocupação não só com a ética, mas também com o futuro deste País, que perdeu na última sexta-feira um dos seus pouquíssimos verdadeiros líderes.

Na convivência com Jefferson Péres aprendi várias coisas. Entre elas que um político deve ter total consciência da sua responsabilidade. Não interessa se ele é da base do Governo ou da Oposição. Se o projeto é bom para a sociedade, vote "sim", se é ruim, vote "não". Pense sempre na sociedade.

Ele não era o único. Também houve outros que emprestaram ou emprestam à vida pública a estatura moral que ela deve ter, de ser exemplo para a sociedade.

Quero citar, Deputado Milton Barbosa e Deputada Jaqueline Roriz, o ex-Governador de São Paulo Mário Covas, do partido de V.Exas., como também alguém que emprestou dignidade à vida pública. Poderia citar outros exemplos, Deputado Chico Leite, como o Senador Eduardo Suplicy do partido de V.Exa. Poderia citar do PMDB o Senador Pedro Simon, outra figura exemplar que dá à vida pública a estatura e o respeito que ela merece. Poderia citar, Deputado Alírio Neto, a ex-Deputada Denise Frossard, do partido de V.Exa. Poderia citar também a Senadora Heloísa Helena, do PSOL, o Deputado Fernando Gabeira, o Senador Cristovam Buarque, também do meu partido. Mas esses exemplos são cada vez mais raros e dói quando perdemos um referencial.

Acordei na sexta-feira e soube imediatamente da morte do Senador Jefferson Péres. Depois disso, eram 7h15min, mais ou menos, abri os jornais como faço todas as manhãs e comecei a lê-los. Aí me deparei com um caso talvez único na minha vida até agora, e que talvez não se repita, de eu ler o jornal e ver uma declaração de um político que já tinha falecido sobre algo que ele tinha dito no dia anterior.

Naquele dia, o *Correio Braziliense* estampava na sua primeira página uma denúncia de que o Senado Federal iria criar novos cargos, que poderiam ser desmembrados. A notícia ocupava a metade da primeira página do jornal *Correio Braziliense*. Dentro do jornal só um Senador se levantava contra isso, o Senador Jefferson Péres.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Foi talvez a maior homenagem que ele poderia ter recebido. Pois os leitores daquele jornal já liam aquela notícia sabendo do seu falecimento. E a única voz que se levantou foi a do Senador Jefferson Péres. Uma voz que se levantou contra o que ele chamou — e com o qual tem a minha total concordância — de desperdício de dinheiro público. Os senadores, já com tantos assessores, queriam ainda mais assessores, e o Senador Jefferson Péres dava mais uma vez um exemplo e dizia “não”, com tudo o que esse “não” acarretaria para ele de dificuldades internas.

O Senador Jefferson Péres, no seu último contato comigo, antes de uma reunião da Executiva Nacional do PDT, levantava-se contra a parte hegemônica e majoritária do meu partido, que queria silenciar diante das denúncias envolvendo o Deputado Paulo Pereira da Silva, o Deputado Paulinho. Mas o Senador disse, em alto e bom som: “Licencie-se do partido, faça a sua defesa, defenda sua inocência. Mas se licencie do partido até o final das investigações. Se, no final, V.Exa. for inocente, voltará. Se V.Exa. for culpado, deixe o partido, porque o partido não merece se enlamear por causa de uma atitude isolada”.

O Senador Jefferson Péres, nesse episódio, foi praticamente voz isolada, juntamente comigo. Ele se negou a indicar pessoas no Governo Federal e, assim como eu, defendia que o PDT se mantivesse na Oposição ao Governo Lula. Ele dizia que um partido político tem que ficar longe das benesses oficiais, assim como disse Mário Covas certa vez, “mais perto do pulsar das ruas”. Ele simplesmente se negou a indicar cargos para o Poder Executivo para manter a sua independência no Legislativo.

Provavelmente, há quem discorde dessa ou daquela posição. Mas ninguém pode deixar de reconhecer que o Brasil perdeu um grande brasileiro, um exemplo de homem público e uma pessoa que fará muita falta à vida pública deste País e a essa corrupta política brasileira.

O Senador Jefferson Péres deixou um bom exemplo. Um exemplo que deve ser seguido por todas as pessoas de bem. Espero que ele faça com que pessoas de bem queiram ingressar na política. Eu lembro quando ele disse: “Reguffe, ao final do meu mandato vou largar a política, independentemente de qualquer coisa”. Acabou que ele teve que deixar a vida antes. Mas eu espero que o falecimento dele não seja algo para ser esquecido daqui a uma semana. Eu espero que as pessoas se lembrem de um dos raríssimos políticos que davam à vida pública a estatura moral que a vida pública precisa ter.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados – queria chamar a atenção do Deputado Cabo Patrício, do Deputado Paulo Roriz, do Deputado Benício Tavares, da Deputada



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Jaqueline Roriz –, hoje cedo houve uma reunião na Comissão de Constituição e Justiça e ali abordou um tema colocado aqui: "A CCJ quer o fim do cafezinho".

Estávamos discutindo na comissão que já há algum tempo esta Casa, deliberadamente ou não, tem suprimido o trabalho das comissões. Não se vê quase nenhuma comissão votar projetos do Executivo. Os projetos ordinários, ultimamente, têm vindo diretamente ao Plenário. Isso significa dizer que está havendo uma supressão de instâncias dentro da Casa.

Lembro-me bem, Deputados Alírio Neto e Paulo Tadeu, de V.Exas. falando, clamando que os projetos devem ser discutidos pelas comissões. Na semana passada, recebemos uma lista, com certeza trazida com muita boa-fé pelo Deputado Leonardo Prudente, de alguns projetos prioritários para o Governo — no total dezenove projetos. Um deles foi distribuído às comissões, mas houve um pedido para vir direto ao Plenário. É muito ruim discutir no "cafezinho" projetos de tamanha magnitude.

E acabo de descobrir outra coisa, Sr. Presidente. Realmente, como V.Exa. fala, o Colégio de Líderes não é consultado. Quem disser que é, prove, porque nos últimos tempos não fui consultado nenhuma vez, como o foi o Deputado Cabo Patrício. Não há manifestação das Lideranças, dos Líderes partidários.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Milton Barbosa, pelo que entendi, o Líder do Governo afirmou que havia distribuído uma cópia dessa relação para todos os Parlamentares, inclusive para V.Exa., como Líder do seu bloco. Eu recebi uma cópia como essa, que se refere a uma sugestão de pauta, sobre a qual não houve nenhum questionamento.

Quero deixar bem claro que sempre defendi e defendo o trabalho das comissões. V.Exa. já deve ter me visto, várias vezes, fazer este pronunciamento. Estamos seguindo essa sugestão na medida em que não houve nenhum questionamento. Se V.Exa., como Líder, está questionando, podemos rediscutir a pauta, não há problema.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Realmente, eu e outros líderes de bloco que não são consultados estamos questionando, sim. Todo Líder de base deve ser consultado, inclusive as Lideranças de seu bloco.

Quem quiser que me apresente as cópias dos projetos.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Milton Barbosa, tenho dito várias vezes que o Deputado Leonardo Prudente, como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Líder do Governo, tem feito muito bem o seu trabalho de articulação. Mostra disso são os projetos do Governo aprovados na Câmara Legislativa. Contudo, acho que devemos incentivar e valorizar mais a reunião do Colégio de Líderes, a fim de que todos os Líderes possam se manifestar e definir a pauta mensal, como prevê o Regimento Interno desta Casa. Assim, ao seguirmos a pauta definida, não teremos nenhum tipo de reclamação ou de questionamento. O Deputado Leonardo Prudente tem procurado as Lideranças e trabalhado da melhor maneira possível, discutindo e apresentando os projetos. A Liderança do Partido dos Trabalhadores, inclusive, tem participado de debates, apresentado emendas a todos os projetos do Executivo, votado contrariamente, quando acha que é contrário ao projeto — mantendo o seu posicionamento político-ideológico —, e votado favoravelmente quando é para o benefício da sociedade como um todo.

Mas continuo insistindo com V.Exa. na realização de uma reunião do Colégio de Líderes, de todas as Lideranças dos blocos partidários e dos partidos, para que não tenhamos nenhum tipo de questionamento e, como disse o Deputado Milton Barbosa, todos os projetos passem pelas comissões. É claro que, em função da máquina administrativa, que é pesada e muito grande, o Governo tem a necessidade, como sabemos, de aprovação das proposições em um trâmite muito rápido. Contudo, é importante valorizar as comissões. V.Exa. defende isso, defendeu quando foi candidato a Presidente desta Mesa e tem defendido ainda.

O que queremos é reforçar a idéia de todos os Deputados debaterem os projetos. V.Exa. tem conduzido muito bem as audiências públicas e os seminários de debate de projetos importantes para a sociedade do Distrito Federal, porém vou insistir na questão da reunião do Colégio de Líderes.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço ao Deputado Cabo Patrício o aparte.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Milton Barbosa, achei relevante o assunto que V.Exa. trouxe à baila.

Quero dizer que meu posicionamento é mais radical que o posicionamento do Deputado Cabo Patrício. Desde que assumi a Presidência desta Casa, meu posicionamento sempre foi o de que nenhum projeto deveria vir a plenário sem ter passado por, no mínimo, duas comissões. No entanto, Parlamentares, inclusive da Oposição, têm vindo ao microfone do plenário solicitar que projetos entrem em pauta, passando pelo princípio que já discutimos. Essa é a verdade. Posso citar “n” projetos. E isso acontece principalmente quando a galeria está chela. Esse não é o caso de V.Exa., nem do Deputado Cabo Patrício, nem do Deputado Chico Leite, mas vários Deputados já agiram assim.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Acho que a discussão trazida por V.Exa. é muito propícia. O que temos de fazer é adotar um critério: o projeto só vem a plenário depois de aprovado por, pelo menos, duas comissões. Essa é a minha posição desde que assumi a Presidência desta Casa. Tenho insistido nesse posicionamento. Porém, se as lideranças se reúnem e entregam uma lista dizendo qual a proposta de pauta da Casa, a Presidência, é claro, tem de se curvar a isso. A Liderança é o Colegiado. Antes da Liderança, há um colegiado maior, que são a Lei Orgânica do Distrito Federal e o Regimento Interno, que dizem que os projetos serão submetidos às comissões. Esse é meu posicionamento.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço ao Deputado Alfrío Neto o aparte.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Milton Barbosa, sempre advoguei nessa causa da tramitação e disse isso textualmente, durante a visita que fiz hoje à Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto à questão da reunião do Colégio de Líderes, na condição de Líder do Governo, cabe a mim participar como convidado, e não convidar efetivamente, porque o Colégio de Líderes é uma instituição soberana, com poderes para deliberar não somente sobre a pauta, mas sobre vários outros assuntos desta Casa.

Creio que, quando não encontramos a melhor forma de procedermos à discussão no Colégio de Líderes, temos feito isso aqui na sala no cafezinho, com uma presença ainda mais democrática do que a do Colégio de Líderes, visto que contamos com a participação de todos os Deputados presentes no plenário.

Com relação à questão das comissões, Deputado Milton Barbosa, acontecem várias situações de projetos em tramitação. Hoje mesmo o Deputado Paulo Roriz fez um esforço sobre-humano para realizar a reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, mas não houve *quorum*. Não porque os Deputados faltam às reuniões, mas porque às vezes surgem outras atividades. Hoje, por exemplo, houve o lançamento do programa habitacional para os servidores, e os Parlamentares não puderam estar presentes a essa reunião da Comissão.

Portanto, o nosso encaminhamento é o de que, preferencialmente, sejam apreciados os projetos que já tenham passado pelas comissões. Quando isso não for possível, por não haver *quorum* e não se tratar de projeto tão polêmico, não haverá dificuldade em se proferir o parecer em plenário. Hoje mesmo o Deputado Paulo Roriz, Relator do projeto que trata da carteira imobiliária, em função de não haver *quorum* para a reunião da comissão, disse que estaria com seu parecer pronto para ser proferido em plenário, inclusive com anuência da assessoria do PT, com quem conversamos sobre esse assunto e também sobre outros constantes da pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Temos mandado com antecedência aos Deputados a pauta de prioridades do Governo, que foi distribuída há mais ou menos duas semanas, no período de 12 a 16, ainda manuscrita. Os que tiverem dúvidas em relação a qualquer projeto saibam que estarei pronto para convocar ou convidar qualquer autoridade do Governo a prestar esclarecimentos. Quanto ao caso do BIRD, por exemplo, os técnicos já vieram aqui e fizeram os esclarecimentos, mas ainda há dúvida. Amanhã, às 11 horas, na sala da Liderança, todos os que tiverem interesse sobre esse assunto estão convidados a ouvir as explanações sobre o que ficou faltando.

Não há, portanto, dificuldade alguma, por parte desta Liderança, em convidar as autoridades do Governo para discutir projetos do Executivo.

Queremos, prioritariamente, apreciar os projetos que passaram pelas comissões. Porém, se não houver *quorum* na Comissão, isso também não deverá prejudicar o andamento dos trabalhos do Governo.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço, Deputado Leonardo Prudente, o aparte.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, o que me parece – hoje tive a oportunidade de me pronunciar e lá mencionei o Presidente Alírio Neto em todo aquele processo de campanha interna de que fui testemunha e também os Deputados Leonardo Prudente e Cabo Patrício – é que lei há, porque há um regimento prevendo o debate com afinco em cada comissão própria temática e nas comissões de admissibilidade. Lei há, porque há a previsão do Colégio de Líderes de tirar a chamada pauta real.

Pude, nesta semana, defender o Projeto de Lei nº 3.248, do Poder Judiciário, no Congresso Nacional, acerca disso, líder por líder, em que o Colégio de Líderes se reúne e define a pauta real. Tem-se a pauta ordinária e define-se a pauta real.

Lei há. O que falta aqui – e isto não depende só do Deputado Alírio Neto nem da boa vontade dos Líderes, Deputados Leonardo Prudente, Cabo Patrício e Milton Barbosa, mas de nós mesmos – é nos organizarmos em blocos, em partidos, de maneira que voltemos a ter o Colégio de Líderes para tirar a pauta real, voltemos a exigir, salvante as urgências que estão previstas regimentalmente, que os projetos passem pelas Comissões em que há debate.

Os grandes erros já cometidos nesta Casa – disse isto ao Deputado Leonardo Prudente hoje, na Comissão – foram exatamente em razão do açodamento, às vezes até com boa-fé, para corrigir algum defeito, no afã de se fazerem as coisas em favor da sociedade. Esse açodamento acaba prejudicando, e acaba-se fazendo bem pior do que deseja a população. De maneira, Deputado Milton Barbosa, que V.Exa. tem razão. Acho que o Deputado Alírio Neto é avalista desse entendimento, juntamente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

com os Deputados Cabo Patrício e Leonardo Prudente. Todos nós devemos firmar esse entendimento. Nós, do Partido dos Trabalhadores, sempre atuamos dessa forma.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço ao Deputado Chico Leite o aparte.

Sr. Presidente, a participação visa tão-somente buscarmos um caminho anterior, que tínhamos aqui, no início da legislatura, para que possamos fortalecer a Casa, tão vilipendiada e explorada. E nós mesmos damos causa a isso.

Para termos uma idéia, um promotor de justiça – temos aqui o Deputado Chico Leite, e eu tenho um filho promotor também – pode officiar diretamente qualquer autoridade para requerer ou requisitar informações. Nós, aqui, não podemos!

Fiz um requerimento pedindo cópia de documentos de uma determinada administração regional e a Mesinha teve que votá-lo. É um absurdo um Parlamentar não poder requerer aquilo que lhe aprouver, para fazer aquilo que a lei manda.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Srs. Deputados, o próximo inscrito é o Deputado Rogério Ulysses, Líder do Bloco Independente, mas S.Exa. está em licença médica. Por fazer parte desse bloco, farei uso da palavra no horário de Liderança, como membro dele.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Deputados e população presente, inicialmente, saúdo todos da galeria que estão aqui porque são trabalhadores do comércio da W3, em residências, que buscam ganhar o pão trabalhando honestamente.

Esta Casa abriu o debate, buscando fazer o seu papel de Parlamento ao permitir uma alteração no projeto sobre alvarás, de autoria do Governo, que veio para esta Casa a fim de que vocês pudessem voltar a trabalhar.

Esse projeto, neste momento, encontra-se aguardando a sanção do Governador. A nossa parte, aqui no Poder Legislativo, já foi feita democraticamente. A presença de vocês é muito bem-vinda para que possamos dar continuidade aos debates e fazer um trabalho político a fim de conseguirmos a sanção junto ao Governador.

Por sugestão da Deputada Jaqueline Roriz, suspenderemos a sessão daqui a pouco para conversarmos com os Parlamentares e podermos convidar os segmentos interessados nesse assunto: vocês, que geram emprego e riqueza e buscam o sustento da família, e as pessoas que são contrárias ao referido projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Quero deixar bem claro que votei favoravelmente ao projeto, pois defendo o comércio da W3, sem dúvida nenhuma.

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Primeiro, parabeno V.Exa. pelo discurso de apoio à decisão tomada por esse Poder Legislativo na semana passada em defesa das atividades e do emprego dessas pessoas que hoje prestam serviços à população do Distrito Federal na W3 Sul.

Segundo, eu quero, Sr. Presidente, fazer uma crítica a algumas informações que foram divulgadas com relação à aprovação da lei aqui nesta Casa que não condizem com a realidade.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal não aprovou nenhuma lei fixando o comércio na W3, mas aprovou uma lei – que, aliás, é uma lei cujo projeto originou-se no Poder Executivo – que permite ao Poder Executivo emitir o alvará de transição – essa é a nomenclatura correta.

Quero criticar aqueles que querem criminalizar os comerciantes e os trabalhadores que estão lá, em alguns casos, há 40 anos. Não é possível que aceitemos, na construção de uma sociedade igualitária, por meio de informações inverídicas, a criminalização de todo um setor que trabalha, em alguns casos, como eu disse aqui, há 40 anos. Não podemos aceitar esse discurso fácil de criminalização de setores organizados da sociedade.

Eu quero aqui, também, me somar a V.Exa. e externar o meu respeito a esses comerciantes e comerciários que trabalham na W3 Sul. Esperamos que os Parlamentares desta Casa que foram à imprensa falar contra o projeto, sem ter conhecimento do que foi aprovado, inclusive, se somando àqueles que procuram criminalizar esse setor organizado da sociedade...

A minha solidariedade a vocês, contem com o nosso apoio. Tenho certeza absoluta de que a posição desta Casa é no sentido de que, se não é permitido o comércio na W3, que se faça um processo de transição e não uma ruptura brusca colocando milhares de pessoas numa situação de dificuldade econômica e social, como ocorreu na semana passada.

Minha solidariedade. Parabeno V.Exa. pelo discurso.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Deputado Paulo Tadeu, afirmo a V.Exa. que me somo a essa luta, junto ao Deputado Leonardo Prudente, e que não sou daqueles Parlamentares – porque a vida pública às vezes nos leva a essa exposição – que quando vêem as luzes da câmara mudam de posição. A minha posição, independentemente de qual seja a posição da imprensa – que é a posição daquilo que é publicado e que nem sempre é a posição da opinião pública –, é da defesa do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

comércio da W3, sem dúvida nenhuma. Não vou desistir dessa posição, vou defendê-la, sim. Não tenho receio de falar desse assunto em qualquer lugar do Distrito Federal.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Faço minhas as palavras de V.Exa.

Como disse aqui o Deputado Paulo Tadeu, eu, que tenho acompanhado junto com vários Parlamentares, inclusive com V.Exa., a luta desses trabalhadores, quero dizer que eles são pessoas honradas, que trabalham dia após dia para conseguirem o seu sustento. Não é razoável que se proceda com eles da forma como alguns segmentos da imprensa têm tentado manipular.

É importante lembrar, Deputado Alírio Neto, que o Governo, no ano de 2003, contratou, por intermédio de concurso público, um escritório de arquitetura renomado que apresentou o projeto de revitalização da W3. Nesse projeto julgado vencedor pela comissão julgadora está escrito com todas as letras que é preciso flexibilizar para que seja de uso misto o lado da quadra 700 na W3. Aliás, eu até disse ao Governador ontem: "Governador, qual é a avenida que o senhor conhece que tem comércio de um lado só? Como é que se vai revitalizar comércio de um lado só?"

Portanto, junto a V.Exa. deixo a minha solidariedade aos comerciantes da W3, de uma forma especial às pousadas, aos salões e aos sindicatos que estão ali instalados.

DEPUTADO WILSON LIMA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Alírio Neto, eu pude acompanhar de perto esse pessoal do comércio da W3, ainda quando o Deputado Leonardo Prudente não estava aqui nesta Casa, cabeleireiros, donos de pousadas, que antes procuraram-me. Aí, então, eu fui lá, e depois aprovamos aqui nesta Casa uma prorrogação de alvará naquela época, pois a fiscalização estava perseguindo essas pessoas. E nós suspendemos a ação da fiscalização naquela época. V.Exa. já estava aqui nesta Casa e nos ajudou com isso. Agora, hoje, deparamos com outra realidade. A W3 está cada vez mais de portas fechadas, há igrejas funcionando do outro lado. O Deputado Leonardo Prudente foi muito feliz quando disse que não há como revitalizar uma avenida se não se investir nela com gosto e com olhos de empreendedorismo, investir com as pessoas que estão ali oferecendo emprego, renda e marcando posição naquele local. Eu não sou pessoa de duas palavras, não sou pessoa de me curvar a críticas de nenhum Deputado nem da imprensa. Votei a favor e votarei quantas vezes for preciso a favor de vocês.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADO REGUFFE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputado Alírio Neto.

Quero apenas dizer o seguinte: em primeiro lugar, acho que essa é uma situação em que nós temos de tentar buscar um denominador comum que não tire o emprego de ninguém, até porque já há desemprego suficiente nesta cidade, e um denominador comum que não prejudique a qualidade de vida de nenhum morador do Distrito Federal. Se eu tiver que fazer uma opção entre os comerciantes e os moradores, vou fazer e sou sincero: vou fazer a opção pelos moradores.

Agora, acho que poderiam todos ter maturidade, sentar à mesa, inclusive com o Governo, que pode buscar outro local para as pessoas ficarem, depois de um período de transição, e colocar essas pessoas lá sem que se tire o emprego de ninguém. Eu me coloco à disposição para tentar buscar um denominador comum. Até tive uma conversa com pessoas das pousadas que me procuraram. Eu gostaria de ter tido essa conversa antes de hoje de manhã, quando houve o protesto dos moradores. Acho que esta Casa tem de tentar buscar uma solução que seja um denominador comum.

Sou sincero e tenho de dizer que, se eu tiver que fazer uma opção entre os comerciantes e os moradores, ficarei com os moradores. Espero que esta Casa consiga buscar um denominador comum, porque é isso que a sociedade espera deste Parlamento.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Deputado Reguffe, eu também fiz uma opção. Eu não fiz opção nem pelos comerciantes, nem pelas pousadas da W3, nem pelos moradores da W3. Fiz opção pelos brasileiros, pelos brasileiros que vêm a esta cidade e, às vezes, não têm onde se hospedar, porque o custo de hospedagem nos grandes hotéis no Plano Piloto é inviável.

As pousadas na W3 permitem, muitas vezes, que pessoas que vêm buscar auxílio médico no Sarah Kublitschek tenham onde ficar. Essas pousadas permitem muitas vezes até que índios que vêm a esta cidade buscar os seus direitos em busca de cidadania tenham onde ficar. Brasília não é de morador do Plano Piloto, Brasília é do Brasil! Brasília é das cidades satélites. O Plano Piloto não pertence a quem comprou um apartamento no Plano Piloto, não. Eles não querem o Galinho da Madrugada também. Nós temos de ter a coragem de falar que Brasília é do Brasil! Eu não tenho receio nenhum de defender que toda a população do Brasil tenha acesso ao Plano Piloto. Não tenho nenhum receio. Não tenho e vou defender essa posição.

Não fiz campanha na W3, quem me conhece sabe disso. Posso até perder votos com isso, mas tenho a minha posição firmada. Acho que esta cidade tem de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

aprender a respeitar o cidadão brasileiro que procura o Distrito Federal, e o único local em que é possível se hospedar no Plano Piloto, em Brasília, em condições financeiras pelo menos razoáveis, é nas pousadas da W3. Portanto, elas prestam grande trabalho para a sociedade brasileira que vem, muitas vezes, buscar os seus direitos como cidadã nesta Capital da República. Eles têm o meu apoio, sim, principalmente pela cidadania, principalmente.

Quero continuar, aproveitando a oportunidade de vocês estarem aqui, pois vocês estão vendo que nem sempre aquilo que é transmitido no dia-a-dia nos meios de comunicação é realidade. Quero aproveitar e falar para vocês que o Parlamento tem essa função: a função de buscar fazer justiça, a função de dar transparência, de dar oportunidade aos cidadãos, que muitas vezes não estão com a maioria, de falarem e de se defenderem. Vocês não estão com a maioria momentaneamente, mas com a maioria do Brasil. Vocês não são a maioria da W3 Sul, vocês são a maioria no Brasil e em Brasília. Podem ter certeza, na capital da República.

Esta é uma situação que eu não tenho nenhum receio em defender, assim como não tenho nenhum receio em defender muitas situações na Câmara Legislativa como Presidente.

Aproveito a oportunidade para comunicar a todos os Parlamentares que amanhã será publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal* o balancete de gestão sobre a receita corrente líquida.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal será o primeiro Poder Legislativo do Brasil a se enquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal. Em vez de buscar subterfúgios na Justiça, amanhã nós vamos chegar ao incrível índice – que muitas pessoas duvidaram –, graças aos Parlamentares desta Casa, à Mesa Diretora e aos funcionários da Câmara Legislativa, de 1.68. O nosso índice anterior era de 1.7. E muita gente criticava a Câmara Legislativa. O que significa isso? Significa compromisso com Brasília. Significa oportunidade de trazer recursos para investir no Distrito Federal. Muita gente não fala, mas há mais de dez anos Brasília não consegue isso e a Câmara Legislativa vai propiciar agora.

Aproveito a presença de vocês para falar a respeito de algumas coisas que não têm sido ditas sobre esta Casa. Este mês estamos com 50% dos cargos comissionados da estrutura da Câmara Legislativa ocupados por servidores de carreira. Fato que nunca aconteceu em vinte anos nesta Casa.

Nesta legislatura, cada Parlamentar tem a sua quota de colaboração, mas nem sempre é recepcionado da forma mais correta e transparente. Às vezes, a sociedade nem fica sabendo.

Quero falar para vocês que estão aqui presentes que nós defendemos a comunidade, mas também defendemos o orçamento desta comunidade. Só para vocês terem uma idéia, este ano a Câmara Legislativa economizou R\$100.000.000,00



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

(cem milhões de reais). Esse dinheiro foi devolvido ao GDF para ser aplicado em obras. Isso nós não vimos ser divulgado.

Quando tomamos posse, em janeiro do ano passado, a conta telefônica desta Casa era de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por mês. Hoje, ela é de R\$33.000,00 (trinta e três mil reais) por mês. Reduzimos mais de R\$220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) por mês, índice que muitas vezes não é divulgado.

Não é dado ao Poder Legislativo, o Poder mais transparente e mais democrático, a oportunidade de divulgar o seu trabalho. Sabem quanto nós economizamos em comunicação no ano passado? Quatro milhões e trezentos.

A Câmara Legislativa não gasta exageradamente em comunicação, pois esta legislatura acredita que o que precisa ser divulgado é o próprio trabalho. E o trabalho está sendo divulgado com a presença de vocês, hoje, que, espero, seja multiplicador da necessidade do funcionamento do sistema democrático deste País.

Concordo e respeito as pessoas e os Parlamentares que têm posição contrária. Vou respeitar sempre. Como dizia um grande filósofo francês: posso não concordar com o que algumas pessoas falam aqui, mas vou defender até a morte o direito de que eles possam se pronunciar. Tenho o meu posicionamento, e ele é em defesa da sociedade brasileira, do emprego, da geração de riquezas, da oportunidade das pessoas virem ao Distrito Federal para fazer a defesa da sua cidadania. E isso, sem dúvida nenhuma, as pousadas da W3 propiciam com muita dignidade aos brasileiros que vêm a Brasília.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O próximo inscrito é o Deputado Cabo Patrício.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputados, saúdo os moradores da W3 Sul aqui presentes, e quero dizer que esse debate é salutar. Mas esse projeto já foi votado e aprovado por esta Casa, dependendo agora apenas da sanção do Governador. S.Exa. tem a caneta e o poder para sancioná-lo.

Deputado Leonardo Prudente, é necessário que V.Exa faça as inserções junto ao Governador para que ele sancione ou vete o projeto. No caso de ser sancionado, os moradores terão todo o direito à regularização dos comércios da W3 Sul. Mas caso o projeto seja vetado, ele voltará a esta Casa e, da mesma forma como os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Parlamentares votaram pela aprovação, haverá então a apreciação pela derrubada ou manutenção do veto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, é importante que os comerciantes que estão aqui presentes fiquem sabendo que ontem eu abordei esse assunto com o Governador Arruda. Estavam presentes os Deputados Alírio Neto, Pedro do Ovo, Berinaldo Pontes e o Deputado Aylton Gomes. Havia um forte indicativo do Governador para vetar o artigo. As informações que chegam ao Governador são distorcidas, não são reais, como esse panfleto apócrifo que o Deputado Paulo Tadeu nos mostrou divulgando que lá há tráfico de drogas e casas de prostituição. Isso é mentira. As pessoas estão levando ao Governador informações distorcidas. Mostrei ao Governador que lá existe gente honrada e trabalhadora, e S.Exa. disse que refletiria sobre o assunto. Não tomou nenhuma posição.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Deputado Leonardo Prudente, como Líder do Governo, V.Exa. deveria alertar o Governador para que S.Exa. não fique muito tempo refletindo pois a Câmara Legislativa já cumpriu o seu papel ao aprovar o projeto na semana passada. Assim, o Governador deve se posicionar sancionando ou vetando o projeto. Vetando, o projeto retorna a esta Casa e os Deputados poderão derrubar o veto, a fim de validar o projeto para os moradores que aqui estão e regularizar a situação.

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Leonardo Prudente, o Governador pode vetar ou aprovar a lei por nós votada e aprovada na semana passada. Oportunizamos ao Poder Executivo emitir ou não o alvará de transição.

É bom colocarmos que os artigos aprovados na lei, em sua essência, são os mesmos do projeto original do Governador Arruda. Esta Casa apenas aprovou os artigos que estavam na lei maior que trata dos alvarás. Assim, não há por que o Governador ter dúvidas sobre sancionar ou não o projeto, pois os artigos por nós aprovados são exatamente os mesmos que S.Exa. propôs a esta Casa por meio do projeto de lei que trata da questão dos alvarás. O Governador José Roberto Arruda deve sancionar a lei, senão haverá uma incoerência por parte de S.Exa.

Era isso o que eu tinha a dizer, Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Obrigado, Deputado Paulo Tadeu, pelo aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, discordo da posição tomada por esta Casa na semana passada.

Não podemos criminalizar aqueles que estão com seus comércios nas Quadras 700 da W3 Sul, pois a esmagadora maioria são trabalhadores e trabalhadoras que dali tiram seu sustento diário, trabalhadores que merecerem ser respeitados, pois têm direito a renda. Tampouco podemos criminalizar a população e os moradores do Plano Piloto, nem podemos criminalizar o tombamento desta cidade.

A cidade possui um projeto urbanístico que regulamenta que naquele lado da W3 Sul deve haver residências e não comércios. Isso deve ser respeitado. Os equipamentos públicos, a estrutura viária, todos os serviços públicos foram pensados a partir daquele setor como área residencial. Esta cidade não é tombada à toa. O tombamento existe por que há um projeto que possibilita a integração comunitária – um sonho de Lúcio Costa. Essa integração comunitária se rompe com adentramento de comércios em áreas residenciais.

Já estive em algumas pensões. Como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar estive em uma pensão, em 2003, onde ocorreu um incêndio e faleceu um índio. Ao entrar naquele local, localizado no subsolo de um prédio ou em uma casa da W3, não tínhamos como enxergar ao meio-dia, pois no local não entrava iluminação natural.

Há que se buscar uma solução. É preciso haver um denominador comum que não viole o direito dos moradores, nem o tombamento e o projeto urbanístico da cidade. Onde esta Casa chegará com centenas de leis aprovadas que ferem o tombamento do Distrito Federal?

Já debati nesta Casa – o Deputado Wilson Lima foi autor dessa discussão – a questão do comércio nas quadras 700 da W3. Houve uma promessa do Governo de revitalizar a W3 Sul e providenciar que comércios compatíveis pudessem ser deslocados para aquele setor.

É uma incoerência haver comércios invadindo residências e ferindo o tombamento sem o aval dos moradores e, ao mesmo tempo, uma W3 absolutamente abandonada!

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Cabo Patrício, sou contrária ao alvará provisório, que seja. Sou favorável a fazermos uma grande mesa-redonda, com a participação do Executivo, para que as pousadas tenham um local em que possam funcionar legalmente. Para que os comércios, os salões, os sindicatos, enfim, possam funcionar legalmente. Mas não ferir a lei, e depois tentar legalizar a ilegalidade!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte da Deputada Erika Kokay.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero mencionar que essa lei já foi aprovada por esta Casa! Inclusive os arts. 10 e 11 foram tirados de um projeto de lei encaminhado pelo Executivo! Foi solicitado o destaque da matéria, que foi votada aqui. E os Parlamentares “colocam a cara para bater” quando votam contra, e a mídia os expõe.

Agora, não dá para aceitar um panfleto apócrifo que criminaliza os Deputados desta Casa pela votação de um projeto! Essas pessoas tinham de se identificar e denunciar à polícia onde estão as casas de prostituição e onde ocorrem tráfico de drogas, brigas e até assassinatos! Porque as pessoas que não denunciarem esses fatos à polícia são coniventes, são co-autoras dos delitos cometidos! Então, é importante que essas pessoas mostrem sua cara e denunciem isso à polícia.

Nós não podemos generalizar essas denúncias para todas as pessoas que têm comércio na W3 Sul! Sabemos da necessidade das pessoas que vêm de outros Estados. Quantos e quantos policiais militares já se hospedaram nas pensões da W3 para fazer tratamento no Sara Kubitschek? E eu sou testemunha disso! Na qualidade de Presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal, acolhemos vários companheiros.

Quero apresentar uma proposta aqui para o Governo: a nova sede da Rodoviária Interestadual ao lado do Park Shopping de Brasília! Que ali seja destinado um local de transição para esses comerciantes que aqui estão! Que possam estabelecer seus comércios com dignidade, numa área nobre de Brasília, por onde passam todos os transportes e as pessoas que vêm de outros Estados ou que para eles se deslocam.

Esta é a proposta que apresentamos, Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo: que o Governo possa analisar uma transição para que essas pessoas tenham um local definitivo no centro de Brasília, em uma área nobre, e que tenham, assim, condições para atuar nas suas funções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares, pelo Bloco Democrático Social Brasileiro.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu também gostaria de abordar essa discussão em nome do nosso bloco.

É engraçado que alguns Deputados se esqueçam que esta Casa tem procurado, ao longo dos anos, estabelecer o debate das questões afetas à nossa cidade. Cito, por exemplo, o quarto pavimento para o Riacho Fundo e para o Paranoá, entre outros projetos que também trataram de quarto pavimento. Assim como a questão das lojas das Rodoviárias e muitos outros assuntos que, ao longo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

dos anos, já estavam de fato acontecendo em Brasília. E esse é o caso dos comerciantes da W3.

Quando esta Câmara adota um posicionamento: "Ah! Porque é isso... porque é aquilo..." Não! Eu quero aqui parabenizar esta Casa pelo posicionamento tomado. Nós estamos em uma cidade em que os empregos são escassos, não há emprego para todo mundo. Portanto, eu parabenizo a Câmara Legislativa pela ação tomada em relação aos comerciantes da W3.

Quero dizer que, claro, todo mundo pode questionar essa ação desta Casa. Mas dizer que a Câmara não tomou posição? Não é verdade! Por isso, repito, eu quero parabenizar esta Casa por essa ação.

E gostaria de dizer ao nosso Presidente e aos Deputados que nos apoiaram que eu me junto à solução dada aos comerciantes da W3. Não basta fechar as portas ou dizer que vão ser removidos para outro local. Ora, quanto tempo val levar essa remoção? Muito tempo.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Benício Tavares, eu quero me somar ao ponto de vista de V.Exa.

E só quero relembrar: é preciso voltar um "pouquinho". Vou repetir aqui o que da última vez eu falei: quem conheceu Taguatinga sabe que comércio somente existia de um lado. E hoje existe do outro lado. Como existe nas transversais. E por que não lá na avenida W3?

O pessoal está de parabéns! Tenho certeza de que o Governador Arruda não vai deixar de sancionar esse projeto, que foi extraído de uma matéria maior que S.Exa. enviou a esta Casa, sobre os alvarás.

Parabéns a V.Exa., Deputado Benício Tavares!

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Muito obrigado, Deputado Milton Barbosa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou abordar outro assunto que nos tem preocupado muito. Como V.Exas. sabem, eu sou autor do projeto de lei que concedeu a gratuidade às pessoas portadoras de deficiência nos transportes públicos, metrô e vans. Infelizmente, a empresa Fácil adotou a postura de bloquear a ida dos nossos companheiros deficientes, daqueles que fazem mais de seis viagens!

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, isso me deixou extremamente estupefado, porque a lei diz que essas pessoas deverão usar livremente do transporte, sem limite! E, de repente, a Fácil, uma empresa que hoje opera o sistema, não sei com que avaliação, bloqueia uma série de cartelas de pessoas portadoras de deficiência no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Eu quero pedir às autoridades, ao Secretário de Transportes e ao Governador Arruda, que possam avaliar essa questão para que não tenhamos, no Distrito Federal, o cerceamento da ida e vinda dos nossos companheiros deficientes.

DEPUTADO BRUNELLI – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Benício Tavares, eu fico até empolgado de ver esta luta de V.Exa. já de muitos anos. Sempre falamos nesta Casa: “Se o Deputado Benício Tavares pudesse andar, S.Exa. voaria!” Tenho certeza de que a competência do seu trabalho junto a este segmento é uma afirmativa de que vamos ter vitória. Pode contar conosco!

Quanto às pessoas presentes na galeria do plenário, que nos honram com sua presença, eu só quero registrar meu total e irrestrito apoio aos senhores. Nós estaremos aqui, em qualquer situação, trabalhando com os senhores. Porque a cidade, ela tem que crescer.

Esta cidade pode ter sido um sonho de Dom Bosco, pode ter sido um sonho de Lúcio Costa... Esses sonhos são para serem sonhados, não para virarem um pesadelo! Então, temos que “abrir” esses sonhos para um crescimento.

Peço licença aos meus Pares, pois terei de me retirar do Plenário. Devo comparecer a uma audiência com a Sra. Ministra de Turismo, que foi agendada há alguns dias.

Muito obrigado, nobre Deputado.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Agradeço ao nobre Deputado Brunelli por suas palavras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para encerrar, peço vênia ao Sr. Secretário de Transportes para que S.Exa. analise essa questão e possa nos apresentar rapidamente uma solução a fim de que nossos companheiros deficientes não sejam cerceados em seu direito de ir e vir.

E parabeno esta Casa, mais uma vez, por ter a coragem de tratar os assuntos, de votar e resolvê-los da forma correta.

Parabéns aos comerciantes da W3 que estão aqui!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesse meu pronunciamento, tenho a intenção de falar da crise da saúde pública de Sobradinho.

Tenho em minhas mãos a solicitação de exoneração de diversos médicos chefes de unidades do Hospital Regional de Sobradinho. Na sua nota, esses médicos estão dizendo literalmente à sociedade a gravidade da saúde pública no Distrito Federal e o desrespeito com que o Governo do Distrito Federal vem tratando eles e a saúde pública do Distrito Federal, Deputado Dr. Charles.

Deputado Dr. Charles e Deputado Leonardo Prudente, tenho uma carta do Conselho de Saúde de Sobradinho denunciando o caos da saúde pública daquela cidade e também uma carta dos médicos que pediram exoneração nessa semana. É muito grave, Deputado Milton Barbosa e Deputado Benício Tavares, o que vem ocorrendo hoje no Hospital Regional de Sobradinho, que reflete a situação de toda saúde pública do Distrito Federal, uma situação caótica! Essa, sim, merecia uma segunda CPI nesta Casa, porque entendo que a forma como estão tratando a população de Brasília nos hospitais da nossa cidade é algo criminoso.

DEPUTADO DR. CHARLES – V.Exa. me permite um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU – O problema é que, nos Comunicados de Parlamentares, não se permite aparte.

DEPUTADO DR. CHARLES – Então, falarei logo após seu pronunciamento.

DEPUTADO PAULO TADEU – Claro, até porque V.Exa. é um conhecedor da área, é um profissional da área e sabe o quanto a saúde pública anda mal.

DEPUTADO DR. CHARLES – Nobre Deputado Paulo Tadeu, eu não poderia deixar de falar sobre essa questão que V.Exa. está expondo. Essa questão não é apenas do Conselho de Saúde de Sobradinho, mas de todos os Conselhos de Saúde do Distrito Federal!

E tem mais: o Hospital do Paranoá mandou um comunicado à Secretaria dizendo que, num determinado dia, iria fechar o pronto-socorro porque não tem médico para colocar de plantão. Então, a população está à mercê de todas as coisas ruins que podemos pensar.

Eu não sei onde vai parar a saúde do Distrito Federal! Realmente é um caos e, talvez, como V.Exa. falou, mereça uma CPI!

DEPUTADO PAULO TADEU – Parabenizo o Deputado Dr. Charles e incorporo sua intervenção ao meu discurso.

Sr. Presidente, não posso deixar de abordar, mais uma vez, a situação dos comerciantes da W3. Ora, fui, durante parte da minha vida, sindicalista. Eu, a Deputada Erika Kokay, o Deputado Cabo Patrício e tantos outros Parlamentares aqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

fomos sindicalistas e temos origens no movimento sindical. Nós aprendemos que, num processo de conflito social, Deputado Paulo Roriz, é fundamental que se estabeleça diálogo, que se estabeleça um processo de transição. Então, não posso aceitar essa decisão de fechar, de maneira sorrateira e inclusive de maneira atabalhoada, o comércio que funciona na W3 há 40 anos.

Ao olhar para os rostos que estão aqui, eu não vejo nenhum bandido, eu vejo trabalhadores. E parece que a nota que foi divulgada hoje – não sei por quem, porque ela estava apócrifa, ninguém assinou – tenta criminalizar o comércio da W3. Isso é um absurdo, Deputada Erika Kokay! Assim como fazem com o MST, assim como fazem com vários movimentos organizados, tentam criminalizar para justificar o fechamento do comércio. Isso é um absurdo!

O que se espera do Governo do Distrito Federal é que se crie um processo de transição. Ora, se não pode ficar lá, que se estabeleça uma transição, transfira esse comércio para outro local, garanta ao setor uma transição tranqüila e não feche as portas nem demita trabalhadores, como quer o Governo do Distrito Federal.

O Governador Arruda tem o dever de sancionar essa lei. Deputado Milton Barbosa, V.Exa. foi o Deputado que sugeriu que fossem retirados da lei maior dos alvarás dois artigos originais da proposta do próprio Governador Arruda. Não há por que S.Exa. vetar. Se S.Exa. vetar, estará vetando uma proposta de S.Exa. mesmo, porque o que a Câmara Legislativa aprovou foi uma proposta do próprio Governador. Esta Casa teve a capacidade de aprovar rapidamente esta lei em primeiro e segundo turnos porque se tratava de uma situação de emergência. Esta Casa não podia virar as costas para este setor importante de nossa cidade.

Não posso concordar com a tese de que, naquele local, exista prostituição, tráfico de drogas. Isso é uma tentativa criminoso, desleal de tentar criminalizar um setor organizado. Deputada Erika Kokay, eu sou favorável à saída deles daquele local, mas num processo de transição, que dure pelo menos um ano, como foi estabelecido por esta Casa, e não ao fechamento das portas sem a garantia do processo de transição. A própria nota divulgada pelos comerciantes diz que eles querem um processo de transição e não algo feito de maneira sorrateira. Deputada Erika Kokay, V.Exa. tem sensibilidade social e defende a preservação do patrimônio histórico do Distrito Federal, como eu defendo, mas tenho certeza de que quem lhe informou passou uma informação errada. Nem esses moradores nem a Câmara Legislativa aprovaram a permanência deles lá definitivamente. O que esta Casa aprovou foi a possibilidade de um alvará de transição até que aqueles comerciantes possam estar em outro lugar. É isso que diz a nota deles distribuída nesta tarde nesta Casa.

Por fim, quero dizer que o juiz não mandou fechar aqueles estabelecimentos por estarem em desacordo com o que estabelece a legislação do tombamento de Brasília, mas porque aquele comércio não possui alvará. Ora, se não tem alvará ou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

se ele não foi renovado e se todos os estabelecimentos do Distrito Federal que não têm alvará tiverem de ser fechados, em Sobradinho, na Ceilândia, no Gama, aqui em Brasília, terão de fechar mais de 80% dos estabelecimentos comerciais, pois não possuem alvarás de funcionamento. Essa é uma dura realidade, mas é o que ocorre em nossas cidades, e sabemos disso. Se fechar lá, deve-se fechar em todos os lugares. Aliás, quantos prédios públicos no Distrito Federal não possuem alvarás de funcionamento e continuam funcionando?

O que foi divulgado pela imprensa no final de semana não condiz com a proposta aprovada nesta Casa. As matérias veiculadas dizem que aprovamos a permanência do comércio na W3 Sul. O que a Câmara Legislativa aprovou foi a possibilidade da concessão de um alvará de transição – e eu concordo com isso – até que eles possam se deslocar para outros locais. Há um cartaz na galeria que diz muito bem: o Governo cobra o IPTU daquele local como comércio e não como residência. Os comerciantes já pagam o IPTU como se fizessem comércio, o que demonstra que o Governo reconhece a situação deles na W3. Ora, para se cobrar o IPTU, eles fazem comércio, mas, permanecer no local, eles não podem por não terem alvará?

Espero sinceramente que o Governador do Distrito Federal sancione essa lei e garanta a abertura do comércio até que o Governo estabeleça outra área, para que eles possam trabalhar com tranqüilidade, continuando a possibilidade de prosperidade econômica e social nesta cidade.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo a V.Exa. que a bancada do Partido dos Trabalhadores terá de sair, pois haverá uma audiência pública no Ministério Público do Distrito Federal para tratar do PDOT.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, galeria presente, parabênizo o Deputado Paulo Tadeu pelas palavras proferidas.

Acredito que a luta de vocês, de 40 anos de comércio, sendo cobrados como comércio, é mais do que digna. Seréi breve, pois já pedi a suspensão desta sessão para discutirmos a construção de um acordo, que já foi, inclusive, conversada com líderes de vocês.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Pediríamos aos nobres Deputados dois anos de prazo para vocês serem realocados para onde o Governo determine. Então, o comércio e os residentes das quadras 700 têm de construir juntos esse acordo. Seria o mais certo neste momento para que isso seja para o resto da vida, e não em curto prazo, como estamos pretendendo neste primeiro momento.

É mais do que justo o que vocês estão pedindo. Se vocês pagam IPTU de comércio, por que não? Há 40 anos não se fala em ferimento do tombamento, por que se falar agora? Então, que vocês saiam, mas com prazo determinado.

Outra questão que me traz a esta tribuna é que, no dia 20 de maio, o Secretário Raimundo Ribeiro esteve com os "quiosqueiros" e disse que, até o dia 31 deste mês, enviaria um projeto de lei, mas até agora não recebemos do Executivo nenhum projeto de lei a respeito dos "quiosqueiros". No entanto, já começaram derrubadas de quiosques de trabalhadores desta cidade.

O papel desta Casa é este: defender pessoas da nossa cidade, trabalhadores que não têm a quem recorrer e recorrem a esta Casa. Nosso dever é defender quem está lutando pela família e pelo pão de cada dia.

O terceiro ponto é que, no *Correio Braziliense*, foram apresentadas algumas matérias, no dia 21, sobre a juventude de nossa cidade. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA disse que 46% dos desocupados do nosso País são jovens entre 15 e 24 anos.

Como Presidente da Frente Parlamentar da Juventude, fui até o Secretário de Educação e apresentei um projeto sobre semestralidade há um ano, e até hoje não escutamos do Secretário um pronunciamento sequer, ao menos para responder se o nosso projeto é bom ou ruim, se interessa ou não. Não nos foi comunicado simplesmente nada.

Visitamos também o Juiz da Vara da Infância, Dr. Renato Rodovalho, e marcamos com ele visitas aos Institutos que reprimem menores, como o CAJE. Ele nos prometeu fazer uma visita. Eu gostaria de convocar e convidar os Parlamentares para essa visita que será marcada pelo Juiz da Vara da infância.

Sr. Presidente, eu gostaria que, após o meu comunicado, chamássemos os outros Parlamentares para discutir. Três Parlamentares ainda falarão nos comunicados. Logo após, discutiremos e chegaremos a um consenso, para que essas pessoas possam sair daqui hoje vislumbrando um futuro melhor.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sendo cavalheiro, concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estou completamente de acordo com que esta Casa se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

sente com os representantes de moradores das quadras 700, de comerciantes e do Poder Público para que possamos encontrar uma solução, até porque essa lei que foi aprovada aqui na Casa provavelmente será questionada na sua legalidade e na sua constitucionalidade pelo IPHAN e pelo Ministério Público. Ainda que não seja, não podemos ficar na precariedade da relação que os comerciantes têm hoje. É preciso que se estabeleça uma permanência no exercício da atividade.

Muito se fala no direito dos comerciantes – e creio que todos têm direito a uma renda. Não comparo os comerciantes com movimentos sociais. Eles não são movimentos sociais. São empresários, são pessoas que, na busca de sobrevivência, estabeleceram seus negócios onde foi possível estabelecê-los, com a complacência do Poder Público, que permitiu que se instalassem em locais inadequados. Não são movimentos sociais, portanto, não posso compará-los com o MST ou com qualquer movimento social, e está equivocada a comparação.

Todos têm direito a uma renda, mas essa renda tem de ser estabelecida sem que outro direito seja ferido. Também é preciso que os moradores tenham voz. As pessoas compraram casas em um lugar onde só deveria haver casas. E, de repente, estabelece-se um comércio que sobrecarrega estacionamentos e fere o projeto urbanístico da cidade.

Cheguei a Brasília há 33 anos. Fui morar na quadra 704 sul. Não é verdade que havia tanto comércio como há hoje. Foi a crise econômica e a falta de oportunidades às pessoas nesta cidade que forçaram o volume de comércio nas quadras 700. Por isso, não posso dizer que é preciso permitir que os comerciantes se estabeleçam ali. É preciso buscar uma solução, respeitando o direito de cada uma e de cada um de gerar a sua própria renda com tranquilidade, sem que amanhã tenhamos essa lei questionada na sua constitucionalidade, e, de repente, as pessoas estejam enfrentando a mesma situação com a angústia que têm os moradores das quadras 700, pois é um local residencial.

Brasília é tombada nas suas escalas. Ali é estabelecido qual é o número e volume de residências que deve haver, de comércio que deve haver, das escalas monumentais e escalas bucólicas. Isso simplesmente não pode ser rasgado porque faz parte de uma lei superior às leis que vêm e que emanam desta Casa.

Por isso eu diria que concordo, mas acredito que o Governador do Distrito Federal não pode sancionar essa lei porque estará sancionando uma ilegalidade. Será uma lei de prazo e de fôlego muito curtos. Esta Casa já aprovou mais de cem leis contra o tombamento. A esmagadora maioria delas caiu na vala da inconstitucionalidade, e o tombamento prevaleceu porque é uma lei maior.

Portanto, eu queria dizer que não dá para resolver o problema pontualmente. É preciso envolver moradores. É preciso envolver comerciantes. É preciso envolver os Poderes Executivo e Legislativo, e aí, sim, de comum acordo, costurarmos uma solução. A solução não pode ser esta que há três ou cinco anos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

que eu me lembre, esta Casa discute. Disseram que iam revitalizar a W3 Sul, que iam dar prioridade aos comerciantes e oferecer condições favoráveis para que eles pudessem ter o seu espaço, só que isso nunca saiu do papel, e o que vemos é uma W3 Sul desativada e abandonada no seu lado comercial.

Portanto, um alvará precário, provisório ou de transição pode ser uma solução permanente, e as coisas talvez continuem exatamente como estão. Eu não acredito que os comerciantes sejam criminosos. Conheço vários deles e sei da sua honestidade. Conheço várias entidades extremamente sérias que estão funcionando nas 700 e estão ali porque foram empurradas por uma crise econômica. No entanto, estão ferindo o direito de termos uma cidade planejada e, ao mesmo tempo, ferem o direito dos moradores. Creio que o morador, ao acordar todo dia e ver pessoas diferentes do seu lado, não está tendo seu direito a uma vida comunitária preservada.

Quero dizer, por fim, que Brasília é a Capital de todos os brasileiros. Por isso, esta cidade teve o tombamento do seu projeto, da cidade parque, da cidade dos passarinhos, da cidade das árvores, da cidade sem fronteira.

Por isso, para que ela continue sendo a Brasília de todos os brasileiros, é preciso preservar o seu projeto urbanístico e não permitir permanentemente que o comércio ali se instale.

Venho falar de outro assunto. O Deputado Paulo Tadeu já falou a respeito da necessidade de esta Casa investigar a saúde. Urge que façamos uma CPI da Saúde nesta Casa. Digo isso porque temos aqui um comunicado da Diretoria Regional de Saúde da Asa sul informando que não tem como atender ninguém no Centro Obstetra do Hospital da Asa Sul por causa da superlotação na UTI Neonatal.

Aqui tenho outro comunicado da Regional de Saúde do Paranoá dizendo que, no período noturno, fechará o atendimento do Pronto-Socorro de Clínica Médica para a comunidade por absoluta falta de profissionais médicos.

Na semana passada, uma médica foi agredida no Hospital de Planaltina. Ela foi agredida porque não dava conta da demanda, já que houve redução das horas extras. Esta médica foi agredida por uma mãe que queria o atendimento do filho.

É criminoso, portanto, o decreto do Governador do Distrito Federal que proíbe a contratação de servidores. Mais criminoso ainda é a intenção do Governador de responsabilizar os profissionais de saúde por todo o caos que existe. Os profissionais de saúde que têm, no dia 29, uma assembléia com indicativo de greve, são heróis e heroínas por trabalharem nas condições que trabalham hoje. Um profissional de enfermagem deveria atender, no máximo, sete pacientes, contudo alguns atendem até cinquenta.

Além disso, temos casos como o do diretor do Hospital Regional do Gama, que, além do assédio moral que está estabelecendo naquele hospital, está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

discriminando as profissionais. Esse diretor disse, ao receber a reivindicação dos profissionais de enfermagem, na sua maioria mulheres, das dirigentes sindicais mulheres, que apenas meia hora de motel resolveria o problema delas. Esse diretor tem que pagar por isso. Isso é discriminação e é também assédio moral.

Esse diretor chamou a polícia ontem para impedir que os servidores fizessem uma manifestação pacífica em um plebiscito para saber se os servidores do Hospital do Gama gostariam ou não que aquele diretor continuasse na direção daquele hospital, diretor esse que disse que acabaria com as filas, com as camas e macas que estavam nos corredores. Realmente ele acabou com as macas nos corredores, mas superlotou os quartos. Hoje, adicionaram camas nos quartos da enfermaria do Hospital, o que impossibilita que haja um atendimento de emergência às pessoas que ali estão internadas, por absoluta falta de espaço para entrar uma maca.

Temos ainda decisões unilaterais. O Diretor Regional do Gama, por exemplo, colocou um vigilante para fazer uma triagem das pessoas que deveriam entrar na sua sala. Colocou ainda uma servidora para fiscalizar os profissionais, porque dizem que eles não trabalham. Eu digo: os nossos profissionais trabalham, e muito. Os nossos profissionais da saúde têm mantido o funcionamento desse hospital mesmo sem luvas, sem medicamentos, mesmo sem condições mínimas de funcionamento. No dia de ontem, o SAMU estava com as ambulâncias paradas, porque não havia óleo diesel.

CPI para a Secretaria de Saúde e que sejam punidos todos aqueles que têm colocado em risco a vida da população do Distrito Federal!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a Palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoal da galeria, imprensa, eu não poderia deixar de falar sobre a saúde pública. Quando vejo uma colega Parlamentar abordar tantas questões que envolvem a saúde pública do Distrito Federal, chego a me arrepiar porque, realmente, há muito sofrimento por parte de grande parcela da população do Distrito Federal que não tem acesso à saúde pública. Essas mazelas apresentadas: falta de plantonistas no Hospital "a", no Hospital "b"; falta de esparadrapos, mostra uma "fartura danada", porque falta tudo ao setor de saúde do Distrito Federal. Para mim, profissional da área de saúde ficar aqui sentado, ouvindo meus colegas falarem dos problemas que vivemos, é inaceitável.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. CHARLES – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Dr. Charles, eu me conforto quando vejo V.Exa. tocar no ponto crucial da sua Secretaria de Saúde. É bom, é corajoso. Considero V.Exa. um intímorato por falar sobre isso.

DEPUTADO DR. CHARLES – Obrigado, Deputado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Contudo, é bom partirmos para a prática. No ano passado, ouvimos que faltava dinheiro para comprar mercúrio. Isso é muito bonito para a retórica. Vamos partir para a prática. Se entendi bem o discurso de V.Exa. — e penso que entendi —, acho que podem sair desta Casa medidas efetivas. Espero que V.Exa. capitaneie essas soluções para serem indicadas ao Governo. Pelo que ouvi V.Exa. falar anteriormente, acho que vai sair uma CPI. Se V.Exa. capitaneá-la, podemos pensar no assunto.

Parabéns por abordar um tema tão importante e ao mesmo tempo tão doloroso para o senhor, que é médico.

DEPUTADO DR. CHARLES – Muito obrigado, Deputado Milton Barbosa, pelas suas palavras sempre corajosas.

Sou Deputado da base do Governo, da área da saúde. Existe uma proposta, há muito latente nesta Casa, de se tomar providências efetivas por meio de uma CPI. Temos segurado essa proposta por acharmos que ainda não seria o momento. Mas ficamos em uma situação difícil, pois há reclamação em todos os hospitais, de todos os servidores de saúde, de todos os usuários da saúde. Nós, que estamos aqui para representar o povo do Distrito Federal, não podemos nos calar, não podemos passar uma pecha de covardia e deixar que as coisas continuem do jeito que estão.

Outra questão que vejo ser discutida aqui é sobre a W3 — e a maioria das pessoas já foi embora. Quando se fala em tombamento, tratam apenas de Plano Piloto. Em Taguatinga, na Ceilândia, em Samambala, pode-se fazer o que quiser e as pessoas que trabalham no Plano Piloto não podem ter o direito de trabalhar? Elas têm, sim, o direito de trabalhar. O emprego é fundamental! O emprego de que nesta cidade todos estão necessitando, lá na W3 também estão. Da minha área vejo, nas pousadas da W3, tanta gente doente que vem fazer tratamento no Distrito Federal. É preciso, sim, que as mantenham lá. Aliás, há diversos pareceres dizendo que aquela área é comercial, seja do lado das quadras 500, seja do lado das 700. O que queremos é emprego. Portanto, devem ser mantidas as pousadas e o comércio da W3.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar a esta Casa que amanhã realizaremos, no auditório da Administração Regional de Sobradinho, mais uma audiência pública para discutir o PDOT. Lá estarão as áreas de Brazlândia, Sobradinho e Planaltina.

Informo, ainda, que sexta-feira próxima, em vez de a audiência acontecer no Paranoá, ela se realizará em São Sebastião, no salão paroquial Nossa Senhora Aparecida, no centro daquela cidade.

Conforme entendimentos mantidos com V.Exa., Deputado Wilson Lima, mudamos também a audiência que ocorrerá no dia 4 de junho, na cidade do Gama. Em vez de ela acontecer na Administração da cidade, será no Centro Cultural Itapuã do Gama.

Eram essas as informações que eu gostaria de trazer, Sr. Presidente.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão na pauta de dois itens de minha autoria: o PDL nº 239, de 2003, e o PDL nº 642, de 2006.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. Peço que a Assessoria da Mesa inclua os referidos projetos na pauta de hoje ou de amanhã para serem apreciados.

A pedido da Deputada Jaqueline Roriz e de outros Deputados, a sessão será suspensa para discussão da questão referente à W3.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h13min, a sessão é reaberta às 17h52min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	29 ,

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 102, de 13/06/2008, juntamente com a ata sucinta da 43ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 69, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “desafeta área pública de uso comum do povo no Setor de Habitações Individuais Sul – SHIS, da Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Rôney Nemer – CAF

Deputado Eurides Brito – CCJ

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que apreciemos outro item, pois é importante lembrar que este projeto de lei complementar exige treze votos favoráveis.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, se não houver treze Parlamentares presentes, não poderemos prosseguir com a sessão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, então, solicito a V.Exa. que apreciemos o item nº 4.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata o pedido de V.Exa.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 816, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação do programa de concessão de crédito para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica”.

Esta Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considerando a necessidade de *quorum* qualificado, solicito que apreciemos o Item nº 7, que trata de crédito orçamentário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata o pedido de V.Exa.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 814, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 4.939.028, 00 (quatro milhões, novecentos e trinta e nove mil e vinte e oito reais)”.

Esta Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria e sobre as emendas. (Pausa.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para comunicar ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que, a pedido do Deputado Alírio Neto, as Emendas nºs 4 e 5 foram retiradas – recebi aqui essa informação por parte do nobre Parlamentar –, a fim de que sejam discutidas com os Deputados em segundo turno.

Inclusive, com explanação do Dr. Arlécio e dos demais técnicos desta Câmara, que farão as devidas explicações aos Srs. Deputados, porque são remanejamentos da própria Casa.

Portanto, as emendas nºs 4 e 5, Deputado Rôney Nemer, foram retiradas pelo autor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, eu peço mais alguns minutos, pois estou terminando de analisar a matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, poderíamos apreciar outro projeto enquanto o Deputado Rôney Nemer analisa o item nº 7? S.Exa. solicitou alguns minutos.

Poderíamos votar outra matéria? (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos apresentando aqui, a Casa está apresentando, proposta de emenda à lei orgânica para alterar a questão das indicações do Poder Legislativo, a fim de equipará-las a requerimento.

O Poder Legislativo tem essa proposição, e muitas das vezes – ou na maioria das vezes – o Poder Executivo não as responde! Isso deve ser alterado para que nós, que estamos aqui representando o povo, possamos dar-lhe as respostas às suas necessidades, que manifestamos por meio de indicações. Então, propõe-se sejam equiparadas a requerimento.

A Deputada Eurides Brito tem outro ponto de vista sobre o assunto, e estaremos aguardando emenda que estabelece um prazo maior para a resposta. S.Exa., com toda a sensibilidade de Secretária de Estado que foi por muitos anos no Distrito Federal, quer trazer uma dilatação de prazo para resposta. Recebemos essa sugestão com muito carinho, em vista da experiência que S.Exa. tem com a questão elencada.

Então, estamos agora protocolando essa proposta.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como bem lembrou o Deputado Brunelli, a matéria é importante.

Entendo que indicações precisam receber resposta. Aliás, qualquer sugestão que se faça, em qualquer contexto da sociedade, merece resposta. Agora, eu não concordo é com o prazo que está sendo dado para que os Secretários de Estado respondam às indicações.

Bastaria um cálculo matemático aqui: além de todos os problemas que uma secretaria enfrenta, se 24 Deputados resolvessem apresentar 3 indicações por mês, o Secretário não trabalharia mais, só responderia indicações, tendo 30 dias para respondê-las! Porque S.Exa. ainda terá de colher dados de outras Secretarias para poder fazer suas respostas.

Então, é uma coisa que, como está, não podemos aprovar pela inviabilidade. Eu, pelo menos, que venho do Executivo, vejo que é inviável. E vou apresentar uma emenda para tentar encontrar um equilíbrio! Deve vir a resposta, que é necessária, mas em um tempo que seja o devido para o Secretário responder. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Srs. Deputados, o Deputado Rôney Nemer já está com o parecer da CEOF pronto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o Projeto de Lei nº 814, de 2008.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, trata-se de parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 814, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 4.939.028,00 (quatro milhões, novecentos e trinta e nove mil e vinte e oito reais)".

O projeto recebeu 12 emendas. As Emendas nºs 4 e 5 foram retiradas a pedido do autor; a Emenda nº 2 foi rejeitada, ficando aprovadas, em primeiro turno, as Emendas nºs 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. colocasse como Item extrapauta o PL nº 817, que trata da Região Administrativa de Vicente Pires, para votação em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O processo está com V.Exa.?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – O processo está com a Assessoria de Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, a Assessoria está falando que ainda não está com o processo.

Em discussão o Projeto de Lei nº 814, de 2008, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solícito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto não chega o Projeto nº 817, referente à Região Administrativa de Vicente Pires, solícito que seja votado o PLC nº 69, de 2008, em segundo turno, Item nº 01.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 102, de 13/06/2008, juntamente com a ata sucinta da 43ª Sessão Ordinária.)

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 69, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “desafeta área pública de uso comum do povo no Setor de Habitações Individuais Sul – SHIS, da Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI, e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Rôney Nemer – CAF

Deputada Eurides Brito – CCJ

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 69/08
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	-			X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	-			X	
	CHICO LEITE	PT	-			X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	-			X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	-			X	
	PAULO TADEU	PT	-			X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	-			X	
	REGUFFE	PDT	-	X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	-			X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	-			X	
	TOTAL	--	14	04		09	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM 27/05/2008

SECRETÁRIO DEP. *Travassos Roriz*

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT. 1384

ASSP/PLC Nº 69/08

FOLHA Nº 10



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 69, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “desafeta área pública de uso comum do povo no Setor de Habitações Individuais Sul – SHIS, da Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, votei contrariamente ao projeto em função de ser contrário à desafetação e à mudança de destinação de áreas. Não me retirei da sessão, até porque acho que a responsabilidade de um Deputado é estar no plenário na Casa para votar, seja a favor ou contra. Por isso, estou aqui votando contra o projeto, contra mudança de destinação de área e desafetação. Meu voto é contrário.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que V.Exa. coloque em votação, em bloco, as redações finais dos itens nºs 23 a 36 da pauta, que se referem a decretos legislativos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. Apreciação em bloco dos seguintes itens:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Item nº 23:

Apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2008, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. César Augusto Gonçalves, Presidente da BRASILIATUR – Empresa Brasiliense de Turismo".

Item nº 24:

Apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Hélio Fernandes".

Item nº 25:

Apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "concede Título de Cidadã Honorária de Brasília à professora Sílvia H. Cyntrão".

Item nº 26:

Apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 583, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao pastor Ademar Machado de Paiva".

Item nº 27:

Apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 584, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao pastor Alessandro Fabrício Clemente Paiva".

Item nº 28:

Apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2003, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Reinaldo Texeira Vieira".

Item nº 29:

Apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2003, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Clarindo Carlos da Rocha".

Item nº 30:

Apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2003, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Júlio César Mota".

Item nº 31:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

Apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Eduardo Rangel de Alckmin".

Item nº 32:

Apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 590, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao pastor Luiz Carlos Rocha Oliveira".

Item nº 33:

Apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 591, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao pastor Paulo César de Lima Gomes".

Item nº 34:

Apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2007, de autoria do Deputado Aguinaldo Jesus, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao juiz de direito José André Casas Garcia".

Item nº 35:

Apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 133, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "concede Título de Cidadã Honorária de Brasília a Vicky Tavares".

Item nº 36:

Apreciação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2008, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Adelson Júlio Cardoso".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que sejam incluídos na Ordem do Dia os projetos de decreto legislativo nºs 586, 588, 598 e 599, haja vista os compromissos de festividades que teremos no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

próximo fim de semana na nossa igreja, alvo de reportagem na edição do *DFTV* de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acatada a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já apreciamos o Projeto de Lei Complementar nº 69, de 2008, em segundo turno. Solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, sua solicitação já foi acatada anteriormente.

Esta Presidência inclui na Ordem do Dia o Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007, de autoria do Deputado Aylton Gomes, bem como os Projetos de Decreto Legislativo nºs 03, de 2007, e 116, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer.

Pergunto ao Deputado Leonardo Prudente se a matéria que trata da Administração do Vicente Pires já está apta a ser apreciada.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, quero apenas consultar a Assessoria da Mesa para saber se a matéria já chegou da Comissão de Assuntos Fundiários, visto que o Presidente daquela Comissão, Deputado Benício Tavares, já requisitou a pasta física com a matéria. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Assessoria da Mesa informa que a matéria já se encontra em plenário.

Solicito à Assessoria que organize os projetos de decreto legislativo a serem apreciados após a votação do item a seguir.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 817, de 2008, de autoria do Executivo, que "cria a região administrativa que especifica e dá outras providências".

Solicito ao Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Benício Tavares, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Benício Tavares, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 817, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “cria a região administrativa que especifica e dá outras providências.”

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, em razão do exposto, estando a matéria amparada por dispositivo da Lei Orgânica local e sob a ótica do ordenamento territorial, entendemos benéfica a criação da Região Administrativa XXX, de Vicente Pires, acatando a emenda aditiva, aliás, supressiva.

Propomos a aprovação do referido projeto no âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer foi aprovado com a presença de 15 Deputados.

Esta Presidência solicita à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, duas emendas foram apresentadas ao projeto: uma emenda aditiva e outra supressiva, e nós acatamos as duas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência informa que, com essa retificação, submeterá o parecer da CAF novamente ao Plenário.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Deputado Bispo Renato, que apresenta uma emenda pela qual, além de Vicente Pires, Integrarão a Região Administrativa as áreas referentes aos núcleos habitacionais de Vila São José, Vinte e Seis de Setembro, Cooperville, Cana do Reino e Colônia Agrícola Samambala.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Sr. Presidente, em que pese a grande relevância dessa emenda e o profundo respeito que tenho pelo Deputado Bispo Renato, eu gostaria de fazer um apelo ao nobre Deputado sobre a possibilidade de S.Exa. retirar a emenda.

Não apreciaremos o projeto em segundo turno, apenas em primeiro turno, para que haja oportunidade de outros apresentarem as emendas. Recebi um pedido do Administrador de Taguatinga, Deputado Benedito Domingos, para que, neste momento, não incluisse Cana do Reino e Vinte e Seis de Setembro. Fiz esse acordo também com o Deputado Berinaldo Pontes.

Peço ao Deputado que reapresente a emenda a esse projeto em segundo turno e que se faça uma nova discussão sobre isso. Inclusive, o Partido dos Trabalhadores também tem outras emendas a serem apresentadas em segundo turno. Hoje, teríamos o consenso apenas com relação à emenda supressiva do art. 3º, que trata das poligonais.

Então, Sr. Presidente, caso seja possível, solicito que V.Exa. convide o Deputado Benício Tavares para retificar o seu parecer.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que me permita refazer o parecer sobre as emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência submete ao Plenário a solicitação do Deputado Benício Tavares.

Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A solicitação do Deputado Benício Tavares está aprovada, portanto S.Exa. emitirá novamente o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Solicito ao Relator, Deputado Benício Tavares, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 817, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria a região administrativa que especifica e dá outras providências".

Tendo em vista a retirada da Emenda nº 1, justamente para que seja mais bem discutida no segundo turno, nesta Casa, que é de diálogo, a relatoria acata a aprovação do projeto, bem como a única emenda de primeiro turno nesta Comissão, a emenda supressiva do Deputado Berinaldo Pontes.

É o parecer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 817 de 2008, do Poder Executivo, que “cria a região administrativa que especifica e dá outras providências”.

O Projeto de Lei nº 817 trata da criação, como vimos pela ementa, de uma nova região administrativa. Atendidas as exigências, o processo veio à apreciação.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto. Tendo sido retirada a emenda do Deputado Bispo Renato, que era a Emenda Aditiva nº 1, não temos porque mais nos pronunciarmos a respeito desta, e aceitamos a emenda do Deputado Berinaldo Pontes, a Emenda Supressiva nº 2, que agora passa a ser a Emenda nº1, a qual suprime do texto do projeto o art. 3º e seus parágrafos, enumerando-se o artigo seguinte.

Acatando, portanto, a emenda supressiva do Deputado Berinaldo Pontes, somos pela admissibilidade do projeto.

DEPUTADO WILSON LIMA – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou votar contrariamente ao projeto, e estranho o fato de, no mesmo momento em que o Governo diz que está cortando despesas, que não pode convocar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

concurados que foram aprovados em concurso público que ele mesmo fez porque está cortando despesas, ele criar uma região administrativa, que exige a criação de dezenas de cargos, o que aumenta as despesas do Poder Público.

Na minha opinião, é uma incoerência do Governo, e eu não tenho como votar favoravelmente a essa criação de cargos comissionados, até porque eu defendo justamente o oposto. Eu defendo a redução do número de cargos comissionados no Governo.

Portanto, Sr. Presidente, não podendo falar pelos outros, vou votar contrariamente ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está registrada a posição de V.Exa.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária, Deputada Jaqueline Roriz, que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 817/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT				X	
	CHICO LETTE	PT				X	
	CRISTIANO ARAUJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM				X	
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM				X	
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS				X	
	TOTAL	---	14	1		9	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM _____ / 2008

SECRETÁRIO DEP. Antonio Carlos Roriz

CONSOLIDADO POR _____

ASSINATURA _____

MAT. _____

ASSP/ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2003, de autoria do Deputado Roney Nemer, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Geraldo Rui Pereira".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2006, de autoria do Deputado Roney Nemer, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Marcos Soares".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2008, de autoria do Deputado Roney Nemer, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Salvandir Ferreira de Lima".

Esta Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2003, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Geraldo Rui Pereira"; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2008, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Salvandir Ferreira de Lima".

Os dois futuros cidadãos honorários de Brasília, pelos currículos apresentados pelo autor dos projetos, atendem aos requisitos da legislação, em razão do que voto favoravelmente aos dois projetos.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para as matérias ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, designo o Deputado Brunelli.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as matérias.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2008, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Salvandir Ferreira de Lima”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2006, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Marcos Soares”; e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2003, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Geraldo Rui Perelra”.

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão, somos pela aprovação dos referidos projetos de decreto legislativo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

Apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item nº 40:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à professora Francisca Vânia Barros Araújo”.

Item nº 41:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à doutora Vera Lúcia Vilar de Araújo Bezerra".

Item nº 42:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao professor Antonio Carlos Chaul".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2003, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Geraldo Rui Pereira".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2006, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Marcos Soares".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2007, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Lalrton Fernandes Miranda".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Salvandir Ferreira de Lima".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2006, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor André Luiz Baquil Manzoni".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 588, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Marcos Chagas Vilas Flor".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 598, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Tricampeão Mundial de Boxe Acelino Freitas – Popó".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 599, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Bispo Marcel Alexandre da Silva".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007, de autoria dos Deputados Cristiano Araújo e Aylton Gomes, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Rômulo Mendonça de Oliveira".

Em discussão os projetos em turno único.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro que votarei contrariamente a esses projetos. Como já falei por diversas vezes neste microfone, não considero que deva ser atribuição da Câmara Legislativa a concessão de Título de Cidadão Honorário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Professora Francisca Vânia Barros de Araújo".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília à Doutora Vera Lúcia Vilar de Araújo Bezerra".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor Antônio Carlos Chaul".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2003, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Geraldo Rui Pereira".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2006, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Marcos Soares".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2007, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Lairton Fernandes Miranda".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Salvandir Ferreira de Lima".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor André Luiz Baquiel Manzoni".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 588, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Marcos Chagas Vilas Flor".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 598, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Tricampeão Mundial de Boxe Acelino Freitas – Popó".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 599, de 2006, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Bispo Marcel Alexandre da Silva".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007, de autoria do Deputado Aguinaldo de Jesus, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Rômulo Mendonça de Oliveira".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 05 2008	15h35min	43ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Os projetos vão à promulgação.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e a todos os Deputados desta Casa que aqui estão e votaram o projeto que trata da criação da RA XXX, em Vicente Pires. Parabenizo a todos os moradores daquela área, um lugar em que há muito tempo se fazia necessário o reconhecimento de uma nova RA, para que os moradores tivessem mais qualidade de vida. Sentimo-nos felizes em ter contribuído com essa população. Parabéns a todos.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer à população de Vicente Pires, que está melo chateada comigo, que nada tenho contra eles. Meu voto não foi contra essa população, mas contra o fato de o Governo criar ainda mais cargos comissionados, pois defendo uma redução do número desses cargos. Se o Governo manda um projeto que aumentará ainda mais o número de cargos comissionados, tenho que votar contrário.

Eu gostaria apenas de explicar isso e dizer que nada tenho contra Vicente Pires.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Saúdo o pessoal de Vicente Pires. Que as pessoas aqui presentes levem um recado para toda a população daquela região: a Câmara Legislativa está aqui para ajudá-los, juntamente com o Deputado Dr. Charles, que dará todo o apoio a todos.

Agradeço a colaboração de todos que ajudaram na realização desta sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h48min.)